

NOTA INFORMATIVA SOBRE A ENTREGA DE DOCUMENTOS

Conforme definido no ponto 19 do aviso de abertura n.º 14433/2015, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 241, de 10 de dezembro de 2015 e atento à realização da última prova de conhecimentos – prova de expressão escrita, devem os candidatos entregar pessoalmente ou remeter por correio registado, com data de registo até dia 23 de março de 2016 inclusive, para o Comando-Geral da Polícia Marítima, Praça do Município, 1149-001 Lisboa, os seguintes documentos:

- a) Certificado autêntico ou autenticado, comprovativo das habilitações literárias concretas à data da abertura do concurso (quando se tratar de habilitações adquiridas através do sistema de Unidades Capitalizáveis ou outro, o certificado deverá referir expressamente a que ano dá equivalência);
- b) Fotocópia do bilhete de identidade ou cartão de cidadão, do cartão de identificação fiscal e do cartão de segurança social;
- c) Certidão de registo criminal;
- d) Para militares ou ex-militares, certidão do que constar da folha de matrícula ou nota de assentamentos, especificando:
 - i. Registo disciplinar;
 - ii. Classe de comportamento;
 - iii. Tempo de serviço, com indicação da data da cessação do RV/RC.
- e) Documento de recenseamento militar;
- f) Os documentos mencionados na alínea b) do ponto 4. do aviso de abertura n.º 14433/2015, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 241, de 10 de dezembro de 2015, só serão obrigatórios para os candidatos de ambos os sexos que cumpriram serviço militar na situação de RC e RV;
- g) Outros documentos que possam ser considerados no âmbito das qualidades profissionais ou técnicas mencionadas no ponto 11. d) ii) do aviso de abertura n.º 14433/2015, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 241, de 10 de dezembro de 2015;
- h) Documento comprovativo da autorização a concorrer, no caso do candidato ser militar no ativo;
- i) Não é à partida exigido qualquer documento comprovativo do requisito previsto na alínea f) do ponto 4 do aviso de abertura n.º 14433/2015, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 241, de 10 de dezembro de 2015, podendo, no entanto, o candidato ser notificado para responder a questionários sobre o seu comportamento moral e civil e a apresentar referências abonatórias.